



TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO
ESTADO DE MINAS GERAIS
PLANO ANUAL DE AUDITORIA

PAA _ 2023

Ações da Auditoria Interna do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas
Gerais planejadas para o ano de 2023

auditoria@tjmmg.jus.br

DIREÇÃO – GESTÃO 2022 /2023

Desembargador Rúbio Paulino Coelho
Presidente

Desembargador Fernando Galvão da Rocha
Vice-Presidente

Desembargador Sócrates Edgard dos Anjos
Corregedor da Justiça Militar

Desembargador Osmar Duarte Marcelino
Ouvidor da Justiça Militar

AUDITORIA INTERNA

EQUIPE

Frederico Braga Viana – Auditor Interno

Weslei Batista da Silva – Oficial Judiciário

Bruno César Ferreira – Analista Judiciário / Contador

Marcelo de Araújo Batalha – Oficial Judiciário / Assistente Técnico Controle Financeiro

I - INTRODUÇÃO

Este documento contém o Plano Anual de Auditoria - PAA, a ser aplicado para o exercício de 2023, descrevendo o planejamento das atividades de auditoria interna.

O PAA foi elaborado com base nas seguintes normas:

Resolução n. 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça;

Resolução n. 221/2020 do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais.

Conforme consta no art. 32 da Resolução CNJ n. 309/2020 o PAA deverá ser submetido à apreciação da Presidência do Tribunal até 30 de novembro de cada exercício, devendo ser publicado, após sua aprovação, no sítio eletrônico do órgão até o 15º útil de dezembro.

Registre-se que este PAA se encontra alinhado ao Plano de Auditoria de Longo Prazo (PALP), aprovado pela Presidência, conforme Processo SEI n. 21.0.000001508-0.

Para definição dos objetos de auditoria para 2023 foram consideradas a relevância, a prioridade e os riscos.

II – OBJETIVO

A execução do presente Plano Anual de Auditoria – PAA tem por objetivo gerar valor para a instituição, subsidiando o aperfeiçoamento dos processos de trabalho e dos controles internos das áreas auditadas.

O PAA estabelece o cronograma das atividades a serem realizadas pela Auditoria Interna no ano de 2023, definindo o seu período de realização, tempo estimado, e os resultados esperados.

Sua execução tem por objetivo, ainda, cumprir a função de apoio à gestão, propiciando a regularidade da prestação de contas dos agentes responsáveis, tendo como base a legislação vigente, as normas internas e as orientações dos órgãos de controle externo.

III – EQUIPE DE AUDITORIA

III.1 – Horas Disponíveis de Trabalho – HDT

Para planejar a execução das atividades em 2023, adotou-se como parâmetro horas e força de trabalho, denominada Horas Disponíveis Trabalho – HDT. Para a apuração da

quantidade de HDT no exercício, consideraram-se as seguintes premissas: para o cômputo dos dias úteis no ano, deduziu-se o período correspondente aos fins de semana, feriados e recessos, bem como, direitos assegurados por lei (férias, abonos).

Assim, considerando o ano de 2023 com 365 dias corridos e descontando os finais de semana (105), feriados (15), recesso e abonos (19), férias (25), restam 201 (duzentos e um) dias úteis.

Considerando que a jornada de trabalho no Tribunal é de 8 (oito) horas por dia para os servidores comissionados e de 6 (seis) horas para os servidores efetivos, temos o seguinte quadro:

Cargo	Quantidade	Carga horária diária
Auditor	1	8
Analista Judiciário/Contador	1	6
Oficial Judiciário	1	6
Oficial Judiciário / Téc. Controle Financeiro	1	6
Total	4	26

Deduzidas os afastamentos legais e ainda 440 horas reservadas a capacitação de todos os integrantes da equipe de Auditoria Interna no ano de 2023 obtém-se o total de 4.786 horas disponíveis para serem alocadas nos trabalhos de auditoria e em outras ações, de acordo com o seguinte quadro:

III.2 - Distribuição Mensal - Horas Disponíveis de Trabalho - HDT

Ref.	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Dias úteis	14	17	23	16	22	6	18	22	20	20	11	12	201
HDT	333	405	548	381	524	143	429	524	476	476	262	285	4.786

IV – AÇÕES DE AUDITORIA

IV.1 Auditoria de Conformidade	
Unidade / Objeto	Processos de despesa
Período de realização	janeiro a fevereiro e dezembro/2023
Tempo estimado	950 horas
Objetivo	Avaliação e exame dos atos e fatos que culminam em despesa.

Resultados esperados	Comprovação da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Tribunal de Justiça Militar.
----------------------	--

IV.2 Auditoria de Gestão	
Unidade / Objeto	Prestação de Contas do Tribunal de Justiça Militar referente ao exercício de 2022.
Período de realização	março a maio/2023
Tempo estimado	1.190 horas
Objetivo	Verificação da regularidade das contas do Tribunal de Justiça Militar que serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/MG.
Resultados esperados	Comprovação da legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e contábil do Tribunal de Justiça Militar.

IV.3 A Ação Coordenada de Auditoria pelo Conselho Nacional de Justiça	
Unidade / Objeto	Política contra Assédio e Discriminação
Período de realização	entre janeiro e junho/2023
Tempo estimado	1.206 horas
Objetivo	A serem definidos pelo CNJ quando do envio do
Resultados esperados	Planejamento da Auditoria

IV.4 Auditoria Operacional	
Unidade / Objeto	Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação (LAI)
Período de realização	setembro a novembro/2023
Tempo estimado	900 horas
Objetivo	Avaliar a aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Justiça Militar de Minas Gerais.
Resultados esperados	Agregação de valor às atividades da Justiça Militar em relação à observância à Lei de Acesso à Informação.

V – OUTRAS AÇÕES

A Auditoria Interna reservará 300 horas de trabalho para consultoria, o que equivale a aproximadamente 6% do tempo total de horas de trabalho disponíveis da equipe de auditoria.

De acordo com o Plano Anual de Capacitação da Auditoria – PAC_Aud 2023 estão reservadas o total de 440 horas para capacitação, considerando toda a equipe.

Serão reservadas ainda 40 horas do Auditor Interno para elaboração do Relatório Anual de Atividades, exercício 2022, conforme determina o art. 4º, inciso I, da Resolução n. 308/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Estão previstas ainda 100 horas para as auditorias de conformidade nos processos de conciliação contábil / financeira. (Portaria n. 1.015/2017 – TJMMG).

Reserva técnica para situações não previstas e outras atividades administrativas da unidade – 100 horas.

Nos termos do inciso IV do artigo 74 da Constituição Federal e do inciso IV do artigo 81 da Constituição do Estado, cabe à Auditoria Interna o dever de prestar apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, bem como ao Conselho Nacional de Justiça, prestando as informações requeridas e atendendo às solicitações dessas entidades.

Desse modo, a Auditoria Interna, sempre que demandada, atuará de maneira a prestar o apoio necessário ao controle externo, buscando, igualmente, compatibilizar essa atuação com as demais ações previstas neste plano.

VI – RECURSOS NECESSÁRIOS

Para a execução das ações de auditoria previstas neste plano serão necessários recursos para a capacitação da força de trabalho da equipe de auditoria, prevista no PAC_Aud 2023. (Processo SEI 22.0.000001574-5)

VII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações da Auditoria Interna previstas no presente plano poderão ser alteradas em decorrência de determinação da Presidência do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, do Conselho Nacional de Justiça ou por evento não previsto.



CRONOGRAMA

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - PAA 2023 - CRONOGRAMA																																						
	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T								
Janeiro						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Fevereiro			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28								
Março			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31					
Abril						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30			
Maió	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							
Junho				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30					
Julho						1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
Agosto	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							
Setembro					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30				
Outubro								1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
Novembro			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30						
Dezembro					1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31			

Auditoria de Conformidade _ Processos de Despesa
Auditoria de Gestão _ Prestação de Contas
Auditoria Coordenada - CNJ
Auditoria Operacional - Lei de Acesso à Informação (LAI)



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO BRAGA VIANA**, Auditor Interno, em 29/11/2022, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0250477** e o código CRC **AA43F740**.